

AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE LEITURA NA CIDADE DE GOIÂNIA (1937– 1960)*

Orlinda Carrijo Melo,
da Universidade Federal de Goiás.

RESUMO: Neste trabalho, analisam-se as práticas e representações de leitura na cidade de Goiânia, no período de 1933 a 1960. A partir da narrativa da transferência da capital de Goiás, são levantadas algumas questões: Por onde circulava a leitura nesse período? Quem lia? Como lia? O que lia? Onde lia? Quando lia? Em que medida o material impresso (livros, revistas, jornais, almanaques, folhetins) influenciava o imaginário social e o processo educativo da época? Que representações e imagens os leitores tinham da leitura? O conjunto dessas questões, tendo por base a História Cultural, levou a uma reflexão sobre os valores atribuídos à leitura e às instituições de leitura em uma cidade planejada de acordo com os preceitos da modernidade, do progresso e da cultura urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Leituras. Práticas e representações. Modernidade.

UMA NOVA CONFIGURAÇÃO NO SERTÃO GOIANO

A fundação de Goiânia em 1933 representa uma nova configuração não apenas no contexto do estado de Goiás, mas também no sertão do Brasil. É certo que, para se igualar aos países europeus, o litoral brasileiro necessitava construir a imagem de um outro símbolo de atraso que não fosse o próprio litoral, para elevar o Brasil à condição de país “civilizado”. O “outro símbolo” imaginado – pelas suas próprias características: atrasado, longínquo, desconhecido – passou a ser o Brasil interior. E, nesse, o sertão goiano (PEREIRA, 2002, p. 36). Para tanto, o sertão goiano, “inculto e selvagem”, com a construção da nova capital de Goiás, buscou seu pertencimento não só à nação brasileira, assim como à civilização europeia.

* Artigo recebido em 27/9/2011 e aprovado em 10/6/2012.

Nesse sentido, o eixo Rio-São Paulo torna-se, nessa época, o paradigma da modernidade para o Brasil e, principalmente, para o “sertão goiano” que quer se livrar do estigma de atrasado e inculto. Há, desse modo, um empenho desmesurado, segundo Ortiz (1991, p. 32-33), de “esculpir o retrato do Brasil condizente com o imaginário civilizado”. Na esteira desse empenho, o “sertão” tenta, com todas as suas forças políticas e sociais, ser reconhecido não como “apêndice atrasado” do litoral, mas como uma região promissora que acolhe os valores da modernidade, da urbanização e do progresso. Nesse cenário, é onde vivem os leitores entrevistados nesta pesquisa, com suas leituras, nos tempos e nos espaços que os constituíram.

Entre idas e vindas, na trajetória deste trabalho de perspectiva qualitativa, a rede de falas foi tecida pelos leitores. Uns indicavam os outros que, através das entrevistas aliadas aos estudos da História Cultural, deram corpo ao objetivo de analisar a história das práticas e representações da leitura na cidade de Goiânia, no período de 1933 (ano da sua fundação) a 1960 (ano da inauguração de Brasília).

Quem são esses leitores entrevistados? São pessoas da elite intelectual que produziram valores que foram disseminados através da leitura e das instituições de leitura na nova capital. Assim, sete homens e nove mulheres formaram o grupo de dezesseis entrevistados, assim composto: doze professores, três funcionárias públicas, uma empregada doméstica e benzedeira. A categoria “professor” englobou três escritores e um advogado. Esses leitores entrevistados criaram práticas, imagens e representações de leitura dentro de uma configuração de época em que os valores sociais estavam ligados ao progresso, à cultura urbana e à modernidade.

Por que uma empregada doméstica que é também benzedeira compõe esta pesquisa? Se o critério de escolha das pessoas era ser considerado leitor ou leitora na época enfocada, essa empregada doméstica o era. Ela, através de seu trabalho, lê os livros dos patrões e por isso suas leituras são similares às da elite intelectual. Ao mesmo tempo, lê também a Bíblia e a vida dos santos para o ofício de benzedeira. Tradição e modernidade mesclam a vida dessa senhora que se localiza na “periferia” da elite intelectual goianiense, aderindo, portanto, ao seu discurso. Elias (1980, p. 144-145) explica que os elos de interdependência criam uma rede em que “o comportamento de muitas pessoas separadas [...] sejam por questões econômicas ou sociais [...] enreda-se de modo a formar estruturas entrelaçadas”.

Por que esses sujeitos sociais e não outros? É importante lembrar que o saber ler e escrever supostamente cria uma das condições de ser leitor e, nessa época, a cidade de Goiânia convivía com uma alta taxa de

analfabetismo. Assim, eu só poderia tecer a rede de dados com pessoas que fossem consideradas leitoras e que – por serem leitoras e possuírem livros ou frequentarem os espaços de leitura da cidade – foram, então, consideradas integrantes da elite intelectual, independentemente da sua situação econômica e social.

A partir de perguntas provocadoras sobre as práticas de leitura, os entrevistados contaram suas histórias de leitura entrelaçadas com a história de leitura da cidade.

Com efeito, o cenário estava montado: entre a velha e a nova capital, o caminho foi construído com muita euforia pelos adeptos da mudança da capital e com muito rancor pelos antimudancistas. É certo que esse caminho necessita ser recriado, segundo Rago (1997, p. 20), “menos para conhecer o passado do que para entender como foi interpretado. Como se lia? Que verdades foram produzidas? Como se escreveu a história? Que mitos foram criados?”

Vale dizer que a mudança da capital estava em perfeita sintonia com os interesses de Vargas, uma vez que atenderia economicamente à política de interiorização do Estado Novo, através da chamada *Marcha para o Oeste*, visando à expansão capitalista rumo à Amazônia. Vale dizer também que retirar a administração estadual da Cidade de Goiás, colocando-a na nova capital, significaria confinar os Caiados, oligarquia dominante, à cidade decadente e abrir espaço para a oligarquia dissidente, representada por Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal em Goiás, após a Revolução de 1930, e fundador de Goiânia. É nesse ambiente que os intelectuais políticos ligados a Pedro Ludovico elaboram seus discursos, enfatizando o atraso da Cidade de Goiás, em contraposição aos valores “positivos” da modernidade e da cultura urbana que a nova cidade engendraria.

De fato, no imaginário mudancista, a nova capital não poderia ficar aquém da Cidade de Goiás. A cidade moderna, estrategicamente, teria que propiciar a reconstrução das práticas culturais de seus novos habitantes e, ao mesmo tempo, a construção de novas práticas de leitura; processos indispensáveis ao equilíbrio de tensões dessa nova configuração.

A literatura, como missão de escamotear as tensões sociais, é um dos grandes trunfos dos governos do período de 1933 a 1960. Não é menos conhecido o fato de que o poder público sempre cria “instâncias próprias de consagração de autores e obras” no sentido de ampliar “as garantias para a continuidade da [política] cultural” (MICELI, 1979, p.193). Assim, os valores difundidos pelo nacionalismo de Vargas são refigurados pela política nacional e desenvolvimentista de JK, alicerçados nas práticas de leitura na família, na

escola, na igreja e em outros espaços. Autores como Rui Barbosa, Olavo Bilac e Monteiro Lobato disseminam, através de suas obras e de seus trabalhos junto ao poder, valores como nacionalismo, ordem, progresso, transformando-se em “construtores” da nacionalidade. Segundo Barbosa (1994, p. 24-25), os autores, pelos valores que projetam, recebem o reconhecimento da sociedade, principalmente durante a escolaridade, o que lhes faculta também a imagem de “autores-heróis”. São cultuados como mitos que não podem ser esquecidos, mesmo que suas obras não sejam lidas.

Nessas circunstâncias, os intelectuais políticos são de fundamental importância não só para o processo de mudança da capital, mas também para a manutenção dos valores que asseguram a idealização da nova capital como cidade moderna, civilizada, sadia e higiênica. Tornam-se os guardiões da memória oficial. A produção intelectual por eles produzida, através de artigos em jornais e revistas e de livros, aliada ao acesso às carreiras e aos postos burocráticos em todas as áreas do serviço público permitem-lhes trânsito livre nas várias instâncias do poder, contribuindo “para tornar a elite burocrática uma força social e política, com autonomia relativa” (MICELE, 1979, p. 132) para interferir nos interesses políticos e sociais do Estado. Assim, eles interpretam e reinterpretem a história da mudança de acordo com a força política que emerge do jogo do poder, assegurando a veiculação do imaginário “salvacionista” do processo de modernização da sociedade. Os discursos circulantes, através das práticas de leitura, entre outras práticas culturais, dão conteúdo à perenização de Pedro Ludovico como “mito empreendedor do progresso”, uma vez que “o mito só é durável enquanto existir um relativo consenso em torno de sua veracidade” (ORTIZ, 1991, p. 191) – garantia do não esquecimento.

AS INSTITUIÇÕES DE LEITURA

Com a transferência definitiva da capital do estado para Goiânia em 1937, os leitores entrevistados se cruzam nos espaços em que se constituem leitores – as instituições de leitura. Fruto de um mapeamento, elas assim apareceram: instituições de leitura públicas e formais, instituições de leitura privadas e formais, instituições de leitura informais e também instituições culturais que promoviam práticas de leitura.

Dessas, foram selecionadas para a análise, as instituições que foram lembradas por todos os leitores entrevistados.

Eles buscaram, nas suas lembranças, primeiramente, as instituições de leitura públicas e formais. Nelas passaram “um bom tempo”, como relembra um leitor, o Sr. Gildo. Entre idas e vindas, elas foram, assim, selecionadas:

Biblioteca Pública Municipal de Goiânia, Liceu de Goiânia, Escola Normal Oficial e Grupo Escolar Modelo. Nas representações imaginárias desse leitor, essas instituições situam-se como “centros culturais e literários de igual valor aos do eixo Rio-São Paulo”. De modo geral, essas quatro instituições fizeram parte da vida dos leitores entrevistados, ao se transformarem em espaços figurativos de práticas de leitura dos estudantes goianienses. Uns estudaram no Liceu, outros na Escola Normal Oficial, outros no Grupo Escolar Modelo e, ainda, frequentaram a Biblioteca Pública para pesquisas ou retirada de livros. Muitos dos leitores entrevistados, além de alunos, tornaram-se também professores das instituições escolares citadas.

As instituições de leitura privadas e formais na cidade inventada foram surgindo e se espalhando, a partir do final da década de 1930, incentivadas pelo governo que proclamava que não havia recursos suficientes para arcar sozinho com a educação de toda a população. Falácia que não fez parte dos discursos justificativos da mudança da capital. É certo que as instituições particulares, com o seu objetivo de expansão, atenderam prontamente a essa solicitação, surgindo tanto escolas confessionais como laicas.

Os leitores evidenciam que, apesar das características comuns entre as escolas particulares, uma se sobressaiu na formação de leitores: o Colégio Santa Clara para moças. Instituição religiosa, mais do que nunca, ela representa, no imaginário social, a prática da “boa leitura” como norma de conduta para se viver na cidade em construção.

É importante esclarecer que o percurso das interdições marca as práticas de leitura dessas instituições; a “liberdade vigiada”, as proibições, a disciplina, o controle são produzidos a partir dos valores idealizados que são repassados através dos elos de interdependências que ligam essas instituições, formando uma cadeia que se sedimenta na cidade inventada. Nessa cadeia, outras práticas de leitura em instituições informais são também buscadas pelos leitores. Assim, vendedores ambulantes, livrarias, bancas de jornal produzem os “lugares praticados” das várias leituras na nova capital.

Os vendedores ambulantes marcam, de maneira especial, as práticas e representações de leitura dos entrevistados. O que fica revelado, no cenário de suas lembranças, é a possibilidade de ler os “últimos livros” do mercado editorial, leitura essa garantida pela entrega certa e rápida e, ainda, com a vantagem das longas prestações que permitem tanto à Dona Lalá, leitora de família abastada, como à Dona Sebastiana, leitora de família pobre, a apropriação das leituras desejadas. Esses “intermediários do mercado literário” representam, portanto, a vanguarda das leituras consideradas modernas mais cobiçadas pelos leitores. Segundo Darnton (1992, p. 54), graças a homens

como os vendedores ambulantes, “a oferta pôde suprir a procura, e obras mais ousadas penetraram por capilaridade no mercado literário”, contribuindo para alimentar muitas “ideias” que derrubaram vários regimes autoritários.

Nesse período, uma livraria que se destaca é o Bazar Oió, pertencente ao livreiro Olavo Tormim que publicava o *Jornal Oió*, famoso pelos debates literários contidos nas suas páginas. As imagens e representações presentes nos discursos do *Jornal Oió* desenham essa livraria como um espaço hiperbólico de leituras e, ainda, celebram a sua “efervescência” literária e cultural, como se ela representasse um ambiente acadêmico igual ao das atuais universidades.

É interessante lembrar que as pessoas que liam eram integrantes da elite intelectual e cultural da cidade inventada e, nessa época, o índice de analfabetismo era grande, fato que excluía uma grande parcela da população das práticas de leituras dessas instituições citadas. Apesar de Olavo Tormim comentar que a sua livraria “era aberta tanto ao governador quanto ao garí”, as possibilidades do “garí” eram muito mais restritas devido à sua situação financeira. Com a ditadura de 1964, Olavo Tormim teve seus bens apreendidos, entre eles, a livraria.

Como leitora dos livros disponibilizados para o público no Bazar Oió, Dona Sebastiana, empregada doméstica e benzedeira negra, é um caso interessante. Com Curso Normal, mas pobre, não podendo comprar os “livros modernos”, os últimos lançamentos, frequenta o Bazar Oió. Suas lembranças revelam práticas de leitura inusitadas: depois do trabalho lia algum livro na livraria, “aos pedaços”, em pé, diante da estante. No entanto, detém a posse do livro apenas momentaneamente, porque se apropria de uma leitura que pode ser interdita pela venda. Por isso, tem pressa em ler os últimos lançamentos que a colocariam a par dos discursos modernos da intelectualidade da nova capital.

Perto do Bazar Oió, uma banca de jornal foi lembrada por todos os leitores entrevistados: a banca do italiano João Mannarino. Através dessa banca, a leitura moderna dos jornais se desdobra no espaço público: nas ruas, nas praças e em tantos outros lugares. As falas dos leitores revelam imagens de leitores inquietos, à espera dos jornais que os colocariam em uma cadeia de informações sobre as novidades do Brasil e do mundo. Essa ponte letrada permite o equilíbrio das tensões mesmo que momentaneamente, uma vez que os leitores se deslocam para as grandes cidades através das práticas de leitura desses jornais. Os jornais do litoral – *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O País* – impõem, em uma encenação metafórica e metonímica, imagens de uma

parte do Brasil para todo o território nacional, criando a ilusão de que o sertão participa do cenário político, social e cultural brasileiro.

Hotéis, bares, farmácias, alto-falantes, casas de família são também evocados como lugares informais de práticas de leitura nesse período.

A cada provocação da memória, as lembranças moldavam as imagens que povoavam esses lugares. Espaços como o Hotel Normando, o Marmo Hotel, o Bar do Chico Lopes, o Bar Bambu e o Bar Choupança acolhiam muitos leitores e escritores a discutirem as ideias modernistas que, timidamente, começaram a aportar em Goiás.

Um lugar inusitado era a Farmácia Santana, do farmacêutico Agnelo Arlington Fleury, situada à Rua 6, no setor central, que recebia almanaques, jornais, revistas e até livros que eram distribuídos ou vendidos aos leitores.

Os serões literários nas residências dos leitores e uma Ampliadora Cultural, colocada no centro da cidade, provocaram encontros dos moradores da nova capital que reeditavam imagens da modernidade e do progresso através das informações fornecidas: o último livro, a última moda, o último filme; ou seja, o último consumo que garantiria a igualdade de condições da nova capital com as “cidades civilizadas”. Nem a falta de energia elétrica, por muitos meses, rompe “o arrebatamento emocionado” dos leitores com suas leituras. As práticas, imagens e representações de leitura inebriam a cidade com uma “felicidade extravagante”, que fragiliza toda tentativa de eclosão de conflitos ou de desarmonia. É possível afirmar que não há demonstração de ruptura nos discursos dos leitores e nem nos das instituições de leitura.

LEITURA: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

No percurso da pesquisa, os leitores entrevistados reconstruíram o passado através das suas lembranças, revelando filiações às instituições de leitura que fizeram parte de suas vidas, assim como as práticas e representações de leitura criadas nessas instituições. Portanto, vale perguntar: Quais os valores atribuídos pelos leitores à leitura, tendo em vista uma cidade simbolizada como moderna e civilizada?

A análise dos dados permitiu caracterizar as várias faces da leitura e os valores a ela atribuídos. Assim, “a leitura, ilustração herdada da família”, nasce no seio das famílias nas quais são produzidos discursos que funcionam como uma rede imaginária em que são tecidos os valores (que uma família burguesa deveria transmitir aos filhos) para a consolidação da sociedade desejada. Ou seja, a ilustração através da cultura letrada é simbolizada mais como um processo de certificação cultural do que um motor de mobilidade social dentro desses mesmos grupos.

Bibliotecas, estantes, escritórios são o santuário da leitura e do livro representado no interior de uma casa burguesa. A casa representada irrompe em quartos e salas e uma sala é destinada à leitura. “Meu avô tinha uma biblioteca linda e rica”, comenta uma leitora, seguida por outra: “líamos no escritório, depois do jantar; lá ficavam os livros”. Dona Lalá, uma das leitoras entrevistadas, emociona-se ao lembrar-se dos “livros lindos de capa vermelha, com friso dourado brilhante. Ficava encantada com a capa e a beleza [...] e lógico com o conteúdo também”. O livro sacralizado, cuidado pela mãe, é um “tesouro” no “*Tesouro da Juventude*” que ela tanto gostava de ler. O livro a atraía não só pela leitura. Vai além. É ouro que brilha. É vermelho que inflama a sua curiosidade na infância e vida afora. Sempre deixou de comprar roupas para comprar livros. Essa leitora sugere uma paixão incontrolável pela posse do livro. Essa paixão deriva do prazer que o livro lhe causa e do cheiro que os livros exalam. José Mindlin (1997, p. 22) escreve que o livro lhe causa também um grande prazer sensitivo: “Além do conteúdo, edição, encadernação, diagramação, tipografia, ilustração, papel, o livro exerce sobre mim uma atração física [...]”. O livro instaura uma ordem que, além de provocar sentidos múltiplos nos leitores entrevistados, recria, através dos dispositivos tipográficos, sensações, cores e odores.

Assim, “a leitura herdada da família” engendra novos padrões de comportamento, novas práticas culturais. O berço familiar impõe-se. Para esses leitores-herdeiros não há ritos de passagem para a escola. Esta lhes interessa na medida que certifica um futuro profissional como um dos valores da modernidade. Por isso, buscam “a leitura, ilustração herdada da escola”, porque a ilustração familiar deveria ser complementada na escola com uma profissão. Alguns leitores, apesar de possuírem um ambiente familiar rico em leitura, não possuem condições financeiras para começarem um negócio que lhes proporcione renda futura. Desse modo, a leitura, pela escolaridade, se lhes apresenta como um valor de ascensão social e profissional, essencial para a sobrevivência.

Nessas circunstâncias, dois leitores armam uma estratégia: procuram um lugar, nesse caso, o Seminário, para a confirmação dos valores que a escolaridade lhes traria. Para isso, usam táticas consideradas comuns em famílias pobres na época: representam-se como futuros sacerdotes até o momento em que dizem que “não têm vocação” e saem. Vão ser, então, professores nas escolas goianienses, apropriando-se cada vez mais das leituras que lhes garantem o trabalho. Leem por dever, leem por prazer.

Em nível mundial, a escola significa um dos símbolos da modernidade desejada no seu papel de instituição de integração nacional. Com efeito, a

construção de escolas é priorizada pelo governo de Goiás, atendendo às aspirações tanto dos “herdeiros da fortuna” como dos “herdeiros da sorte”. Nesse contexto, é interessante notar que os símbolos burgueses – escola, família e nação – constituem-se como lugares de ausência de conflitos. Os professores são representados como leitores e incentivadores da leitura, mesmo quando a usam como mero pretexto para o ensino da gramática ou para castigos. As dificuldades normais de uma escola – disciplina, relação professor-aluno, desenvolvimento do conteúdo, avaliação – são silenciadas. A força dos valores propagados não autoriza a ruptura desse silêncio. Para Sevcenko (2002, p. 9), “as pessoas não conseguem driblar os ardis da memória e promover o retorno do reprimido [...] as práticas culturais, em termo de memória, é um processo de seleção. É excluído o que é mais perturbador da nova ordem”. No entanto, de quando em quando, a “memória traída”, nos seus intervalos, expulsa lembranças represadas que abrem espaços para “a leitura de vida dupla”. Livros proibidos, perturbadores da ordem, vão à caça dos leitores de livros autorizados.

O ritual da passagem do livro permitido ao livro proibido atinge tanto os “herdeiros da fortuna” como os “herdeiros da sorte”. A família e a escola não participam desse ritual; funcionam apenas como espaços, entre outros, da leitura da clandestinidade que se apresenta sob vários rótulos: leitura pornográfica, leitura imoral, leitura comunista, leitura proibida, leitura indecente e outras leituras mais.

Muitos jornais da cidade inventada dão espaços à denúncia das leituras não permitidas que perseguem os leitores, clandestinamente, nos meandros ocultados da escola, da família e em tantos outros lugares, provocando novas sociabilidades na cidade. É interessante notar que as falas dos leitores representam sempre as leituras clandestinas dos “outros”. Eles não se mostram nesse mundo das proibições, tanto é que livros que ameaçassem a ordem das instituições não faziam parte da seleta de livros das escolas e das famílias. É bom lembrar que, a partir de 1930, com as várias interdições do governo de Vargas, instaura-se, no Brasil, o “silêncio letrado” (MELO, 1997), através da censura que provoca rupturas nos direitos de cidadania. A leitura, através dos vários impressos, é tutelada pelo Estado, havendo a submissão do campo cultural e intelectual ao campo do poder. Os intelectuais políticos ligados ao poder e os livros didáticos têm presença marcante nesse processo, como depositários da ordem instaurada. Ordem que produz os valores do ensino técnico, considerado imprescindível ao processo de modernização da sociedade. Assim, se os “herdeiros da fortuna” buscam a “ilustração” via carreiras liberais “certificadas”, os “herdeiros da sorte” buscam-na na negação

do trabalho manual, através dos cursos técnicos, dentro da configuração de país tecnificado. A valorização do trabalho técnico está atrelada “à grandeza do país” tão decantada nesse período enfocado. O mito do progresso individual e nacional endeusa a técnica.

Desobrigados do trabalho técnico, pela “ilustração” herdada da família e complementada pela escola, muitos leitores continuam a tecer a rede de valores atribuídos à leitura. Nesse momento, é que se apresenta “a leitura feminina, tarefa doméstico-pedagógica” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1999, p. 265), que recompõe o imaginário romântico da época “no sertão civilizado” e que, adquirindo um sentido pedagógico, molda a educação e a vida social das mulheres entrevistadas. Na sedução dos romances de M. Delly, Madame Sévigné e Madame Ségur marcam encontro. Como nos romances, essas leitoras imaginam-se como esposas, mães e professoras dedicadas e abnegadas, cujas representações são impossíveis de ser concretizadas na vida real. No Brasil e em várias partes do mundo, esses romances reproduzem um tipo de leitura popular, de evasão, apropriada pelas mulheres que procuram identificar-se com as personagens das narrativas.

Com efeito, a intenção normatizadora desses romances encontra um campo fértil e peculiar para se desenvolver na cidade construída, devido à sua posição geográfica e cultural de “periferia do litoral” brasileiro. Mais do que nunca, essas leitoras do sertão constroem um imaginário que as identifique não só com as representações que fazem parte das elites brasileiras, mas também das elites européias. Todas concebem para si o mito da heroína, da princesa em busca “do amor”, que lhes garanta a “felicidade eterna”. “Era tudo maravilhoso”, lembra-se uma leitora, o que confirma a sociedade representada como harmônica, sem problemas. Há, assim, a naturalização da estrutura socioeconômica desigual, bem como o ocultamento dos conflitos das classes sociais. Qualquer moça pobre poderia ter o “destino” de ficar rica e famosa, desde que assumisse o papel social vigente na época: mulher sensível, religiosa, bondosa, mãe zelosa e esposa dedicada. Também, se possível, professora, cumpridora dos seus deveres morais, conduta que lhe asseguraria as virtudes necessárias para “despertar” o príncipe encantado. Enfim, lembrando Lajolo e Zilberman (1999, p. 265), através de táticas controladoras, a maioria das leitoras entrevistadas assume a sua “tarefa doméstico-pedagógica”, trabalho desqualificado perante os olhos masculinos.

Ao lado das leituras de evasão, as leituras religiosas também estão presentes no imaginário feminino. Inserem-se no projeto educacional das famílias e das escolas que, através do acesso a essas leituras, propiciam a assimilação de valores já sacramentados pela tradição e que, na modernidade,

ganham força, aliados aos valores políticos, como instrumento controlador da ordem estabelecida. Certeau (1994, p. 264) alerta que a leitura religiosa produz uma passividade no leitor diante do texto. A cultura moderna “hierarquiza” as duas atividades das práticas de leitura: escrever é produzir o texto; ler é recebê-lo, sem questioná-lo. “Leitura da televisão”.

Pode-se perceber que as imagens produzidas do livro representam-no como um objeto sedutor e/ou sagrado, que deve ser “cultuado”, “digerido”, “devorado” para a “ilustração” do corpo e da alma. Nesse processo, os discursos manipuladores e os dispositivos tipográficos, capas, letras e títulos funcionam como uma maquinaria para chamar a atenção dos leitores que se deseja atingir. Com efeito, na nova capital, os homens mostram também a face das suas leituras, construindo “a leitura masculina”. Como nas cidades modernas, a rua é um espaço de leitura destacado para o homem, representação de sua posição social e profissional; lê-se nos bares, nos cafés, nas bancas de jornal, nos bancos de jardins, nas livrarias. Assim também, em Goiânia, “os pontos de encontro das leituras dos homens são o Café Central, alguns bares, livrarias, a banca do Manarinno, na Avenida Goiás”, confirma o Sr. José, um leitor entrevistado que lê desde os clássicos até os jornais cuja leitura começa na rua.

Portanto, os homens da nova capital apropriam-se de todos os tipos de leitura: jornais, revistas, livros, folhetins, formando grupos para comentarem as “leituras sérias” e as “leituras prazerosas”. Essas não ocupam os espaços da leitura feminina. As primeiras, porque representam “problemas de homens” para os quais as mulheres ainda não estavam preparadas. As segundas, porque fazem parte da vida do “homem experiente”, como alerta o Sr. José. Dona Rilda, uma leitora da época, relata: “Nem tudo que meu marido lia, eu e minhas filhas líamos, porque ele dizia que era perda de tempo. Problemas de homem. Assuntos da política e do trabalho”.

Política, carreira profissional e, especialmente, jornalismo são espaços das práticas de leitura masculinas. Esse último, o jornalismo, criador de “modas e novos hábitos, chegava a desafiar e a vencer a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências”, contribuindo para a consolidação da imagem rígida “de uma sociedade ilustre e elevada, merecedora da atenção e do crédito europeu” (SEVCENKO, 1983, p. 98).

Percebe-se que a simbolização das práticas de leitura masculinas revela uma intimidade desses leitores – escritores, jornalistas, professores, profissionais liberais – com os valores da cidade planejada. Fato justificado pelo surgimento de vários jornais e revistas nesse período pesquisado.

As leituras masculinas promovem também a recepção e apropriação de outras leituras que não se fecham apenas nesse espaço; alcançam também

as leituras femininas. Assim, revela-se “a leitura, consumo da modernidade”, incentivada pela ampla difusão da imprensa.

Os leitores tornam-se consumidores das rápidas leituras modernas que estreitam o papel da literatura: livros cosmopolitas, jornais de vários tipos e revistas ilustradas e científicas circulam na nova capital. Além disso, buscam também os valores culturais consumidos pela modernidade nos espaços do cinema, do teatro, da rádio, da fotografia e, mais tarde, da televisão. E, nesse sentido, os cartazes e folhetos são eficientes para a publicidade desses espaços, porque criam desejos de tal modo que os leitores aceitam o sistema de valores representados: as leituras modernas, rápidas e objetivas livram os leitores das leituras improdutivas que levam à indolência, deixando espaço para os maus pensamentos. “Estimulantes”, as leituras modernas sugerem representações de felicidade, conforto, sucesso e, ainda, de reconhecimento social.

DOS LEITORES SEM LEITURA

Se todos lêem, como explicar a outra margem da leitura, o seu contraponto, a não leitura. “O uso do jornal não se limita só à leitura: ele pode ser o colchão de quem dorme”, o guarda-chuva, o papel para o fogo, ou ainda o embrulho para coisas. “Com certeza o usuário nem sempre é leitor, proprietário desse jornal” (POULAIN, 1997, p. 94). É possível dizer que existam outras representações da leitura, entre elas, “a outra margem da leitura, ou dos leitores sem leitura”.

Pode-se dizer que os leitores, sutilmente, “expulsam” lembranças reprimidas que indiciam uma outra história das práticas de leitura na cidade inventada: a maioria da população não tinha acesso à leitura; muitos trabalhadores não sabiam ler e escrever. Assim, contraditoriamente, na “efervescência” das práticas de leitura de Goiânia, lembranças de poucos trabalhadores leitores são capturadas. Dona Sebastiana, cujo marido era pedreiro, levanta alguns indícios das práticas de leitura de uns poucos trabalhadores: liam jornais velhos, bulas de remédios, almanaques e até horóscopos de dias passados. Jornais e revistas que deveriam ir para o fogo eram antes lidos e as notícias espalhavam-se no local de trabalho. Eram leituras ouvidas, compartilhadas, aceitas, negadas, resignificadas que lhes traziam informações sobre a modernidade e o progresso da cidade que eles estavam construindo. A queima de jornais e de outros impressos achados representava para esses trabalhadores um cenário não das “luzes” da cultura, mas a negação dessas “luzes” que provocavam a “escuridão” das precárias condições de trabalho e de educação dos trabalhadores que ainda não

utilizavam as técnicas da modernidade. O trabalho manual convivia com o trabalho técnico qualificado, reservado a poucos.

Com efeito, na “memória escondida”, existiam fatos que ainda não estavam perdidos, mas que, por força dos valores configurados, continuavam submersos. Vale lembrar com Sevcenko (2002, p. 9) que as pessoas excluem de suas lembranças tudo aquilo que contraria seus valores e normas de condutas. Mas, ao mesmo tempo, revelam imagens e representações que, de lances em lances, produzem outros cenários. A “memória traída” desses leitores remete à representação de uma outra cidade cuja realidade, com suas múltiplas configurações, desvela o lado negativo da modernidade e do progresso.

Por que esses leitores entrevistados revelaram, pouco a pouco, o reprimido, “o olhar negro” da “cidade moderna”, idealizada como a capital progressista do “sertão civilizado”? Chartier (1990, p. 136) enfatiza que a leitura produz sentidos outros, diferentes daqueles imaginados pelos autores. Assim, não se pode afirmar a eficiência do poder aculturante dos textos lidos por esses leitores. Por isso, eles não conseguem apagar totalmente de suas memórias as diferenças e os conflitos, recriando “duas cidades”: a cidade inventada pela “memória seletiva”, harmoniosa, que “fervilha” em leituras, e a cidade inventada pela “memória traída”, com restrição de práticas de leitura. Cidades contraditórias, mas imaginadas como uma só.

Esses leitores revelaram lembranças represadas de conflitos e tensões na rede de interdependências da cidade inventada que ainda não foram estudadas. Portanto, muitos estudos e pesquisas poderiam ser desenvolvidos pelo trabalho de rememoração da história local, adentrando um espaço lacunar, entre outros, o da outra face da cidade: a história das práticas e representações de leitura dos trabalhadores-construtores da cidade inventada, “a capital do sertão civilizado”.

READING PRACTICES AND REPRESENTATIONS IN GOIÂNIA (1937-1960)

ABSTRACT: In this study, reading practices and representations in Goiânia for the 1933-1960 period are analyzed. Based on the narrative of the transfer of the capital of Goiás, certain questions are raised: Where did reading take place in that period? Who used to read? How did people use to read? What did they use to read? When did they use to read? To what extent did the amount of printed material (books, magazines, newspapers, almanacs, pamphlets) influence the social imaginary and the educational process of that time? What representations and images did readers have of reading? This set of questions, with Cultural History as a basis, led to a reflection on the values attributed to reading and reading institutions in a city planned according to principles of modernity, progress and urban culture.

KEYWORDS: Reading. Practices and representations. Modernity.

LAS PRÁCTICAS Y REPRESENTACIONES DE LECTURA EN LA CIUDAD DE GOIÂNIA (1937–1960)

RESUMEN: En este trabajo, se analizan las prácticas y representaciones de lectura en la ciudad de Goiânia, en el período comprendido entre 1933 y 1960. Partiendo de la narrativa de la transferencia de la capital de Goiás, se levantan algunos interrogantes: ¿Por dónde circulaba la lectura en aquel período? ¿Quién leía? ¿Cómo leía? ¿Qué leía? ¿Dónde leía? ¿Cuándo leía? ¿En que medida el material impreso (libros, revistas, periódicos, almanaques, folletines) influenciaba lo imaginario social y el proceso educativo de la época? ¿Qué representaciones e imágenes los lectores tenían de la lectura? El conjunto de estos interrogantes, que tienen por base la historia cultural, llevó a una reflexión sobre los valores atribuidos a la lectura y a las instituciones de lectura en una ciudad planeada de acuerdo a los preceptos de la modernidad, del progreso y de la cultura urbana.

PALABRAS CLAVES: Lecturas. Prácticas y representaciones. Modernidad.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. L. L. *A mitificação da leitura – a construção do herói*. Tese. (Doutorado em Educação), FE/Unicamp. Campinas, 1994.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1990.
- DARNTON, R. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. A. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.
- MELO, O. C. *Alfabetização e trabalhadores: o contraponto do discurso-oficial*. Campinas: Editora da Unicamp; Goiânia: Editora UFG, 1997.
- MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente do Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MINDLIN, J. *Uma vida entre livros: reencontro com o tempo*. São Paulo: Edusp; Cia. das Letras, 1997.
- ORTIZ, R. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PEREIRA, E. M. C. M.; BOTELHO, T. R. (Org.). *Goiânia, cidade pensada*. Goiânia: Editora UFG, 2002.
- POULAIN, M. Cenas de leitura na pintura, na fotografia, no cartaz, de 1881 a 1889. In: FRAISSE et al. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Ática, 1997.

RAGO, M. *A nova historiografia brasileira*. Palestra. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1997.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, N. *Memória traída: a estranha ciência do esquecimento*. Palestra. Universidade Estadual de Goiás. Goiânia, 2002.

ORLINDA MARIA DE FÁTIMA CARRIJO MELO é graduada em Pedagogia e em Letras Modernas/Inglês, pela Universidade Federal de Goiás - UFG; mestre e doutora em Educação (1991/2002) pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; professora associada dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação da UFG; pesquisadora na área de Educação, com ênfase em formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, leitores, livros, alfabetização, letramento, história do livro e da leitura, educação de jovens e adultos e língua portuguesa.
E-mail: carrijomelo@uol.com.br
